

O descontrole da economia

Brasil

DERCIO GARCIA MUNHOZ
Especial para o CORREIO

A reaceleração inflacionária causou uma grande surpresa. Não pelo fato em si, pois o aumento das taxas de inflação já era esperado desde há alguns meses, e a aparente estabilidade vinha desmentindo as previsões de descontrole crescente que a análise econômica indicava. A surpresa deveu-se à reação observada nas autoridades econômicas, que demonstraram não contar com a evolução mais recente dos preços. E, em indifarsável estado de choque, passaram a recorrer a explicações tão antigas e desgastadas, quanto inconsistentes.

Mas é compreensível que o Governo tenha sido apanhado de surpresa. Afinal sempre esteve evidente que o combate à inflação era dirigido contra um inimigo fantasma. Donde previsível e inevitável o fracasso. Já que, apontar os déficits públicos como causa da inflação e desconhecer totalmente a experiência internacional, pois uma simples análise das informações disponíveis em publicações internacionais (como Government Finance Statistics Yearbook e o International Financial Statistics Yearbook, ambos do FMI), permite concluir que necessariamente não existe qualquer relação entre déficits e inflação. E o que dizem os dados de dezenas de países, com inflação e sem déficits, com déficits e sem inflação.

Apontar a inflação brasileira como originada dos déficits governamentais revela, mais grave ainda, desconhecimento da noção elementar de que eventual pressão sobre os preços teria de derivar de excesso de gastos do governo — que não é o que revelam as estatísticas oficiais. Mais preocupante, a insegurança em áreas governamentais demonstra que os gestores da economia ainda não conseguiram dominar as informações disponíveis dentro do próprio governo, quanto à realidade das finanças públicas.

Desconhecendo o que vem acontecendo no mundo real, o Governo atira em inimigos fantasmas. E, dentro do modelo recessivo na linha do FMI, que tanto agrada aos monetaristas ortodoxos, são

paralisados investimentos de empresas equilibradas, lucrativas, e fundamentais à expansão da economia e das atividades do setor privado. Corta salário de servidores de empresas que despontam na vanguarda tecnológica mundial, ou que registram ganhos extraordinários de produtividade. Reduz os ganhos do funcionalismo à base de manipulação estatística desmoralizante, que visa encobrir o essencial — como os biquinis de antigamente... Não revelando as origens dos desequilíbrios financeiros.

O que ocorreu com as finanças governamentais foi a total desorganização, a partir da tão declamada unificação orçamentária, que constituiu num engodo, voltado para encobrir as causas de uma dívida pública próxima de US\$ 100,0 bilhões, surgida praticamente a partir de 1981. Dívida em grande parte camuflada na contabilidade do Banco Central.

O modelo atual é simples: estoura o orçamento fiscal, paralisa o País, e mantém vultosos recursos do tesouro em poder do Banco Central para cobrir os rumbos, os custos inconfessáveis da política monetária, os prejuízos do cassino em que o País foi transformado. E assim, com o Tesouro recebendo sobrecarga insuportável, passa a registrar grandes déficits, enquanto o dinheiro das missões, e outros recursos do tesouro são desviados para a desesperada tentativa de acertar as pendências da contabilidade do Banco Central. Para o que fala-se também que o Ministério da Fazenda emitiria Cr\$ 3,0 trilhões de novos títulos governamentais.

Está claro que as circunstâncias requerem a intervenção do Legislativo do Banco Central, via Tribunal de Contas. Antes que a desorganização das finanças públicas avance na desorganização econômica e política. E atente-se que a separação Tesouro/Banco Central foi uma farsa, com o tesouro cobrindo os custos das letras do Banco Central (LBC), e a própria Constituinte, num descuido, permitindo que o Banco Central continue fazendo política monetária com os títulos do Tesouro (e não com os seus próprios títulos, como se pre-

via). Com o que também no futuro o povo terá de continuar arcando o ônus da especulação financeira. O que, depois do rombo dos US\$ 100,0 bilhões, constitui um acinte, uma agressão, um desrespeito. Afinal os "donos" do Banco Central/Conselho Monetário Nacional vêm tratando o País como se fora uma Nação de tolos.

A OUTRA HISTÓRIA

Quanto à inflação, nenhuma novidade. Se a política monetária, após breve intervalo entre março e junho de 1986, consegue manter taxas de juros nunca vistas em nenhum momento e em nenhum país, claro que os custos de produção da economia se elevam claro que os novos custos financeiros forçam a elevação dos dos preços, claro que a inflação venha a elevar-se para que alguém pague a conta. Afinal, pela centésima vez se terá de dizer que a renda é um bolo finito, e se aumentam os ganhos reais dos bancos e aplicadores, a inflação é que terá de encontrar os perdedores. Dando de não adiante semestralidade, gatilho, URP na tentativa de manter os salários reais. Ou se reduzem os juros, ou será impossível conter a inflação sem outros traumas. Hiper, macro, ou mega inflação. O nome não importa. O que vale é que o sistema econômico funciona como um relógio suíço. Encontrando logo aqueles que devam ser os perdedores de uma renda que já tem dono. De uma renda que a política econômica de, orientação ortodoxa, já transferiu para terceiros.

O tempo que resta é pouco. E entendemos que a alternativa única seria a repetição de algo aproximado ao plano cruzado, covardemente assassinado no segundo semestre de 1986, quando o Banco Central atropelou o Ministério da Fazenda e assumiu o comando da política econômica, provocando o retorno triunfante da especulação financeira. Donde entendemos ser uma ilusão ficar agora cacando o fantasma dos déficits públicos. Mais importante seria rever alguns conceitos básicos da contabilidade de custos das empresas, para entender de que forma a política monetária desorganiza o sistema produtivo e torna a inflação incontrolável.